

Temer começa a pagar a conta dos financiadores do golpe

Pré-Sal e Petrobrás são moedas de troca

Menos de duas semanas após tomar o governo brasileiro de assalto, Michel Temer age rápido para pagar a conta dos golpistas. Os empresários, banqueiros e multinacionais que, além de apoiarem, participaram ativamente do impeachment ilegal da presidente Dilma estão sendo generosamente recompensados.

As primeiras medidas do governo ilegítimo de Temer anunciam um retrocesso brutal para o país, cuja conta cairá no colo do povo brasileiro. Seu programa ultraliberal acertado com os empresários toma corpo com os ajustes fiscais anunciados: redução e limitação de gastos com saúde e educação, aumento da idade mínima para a aposentadoria, cortes no Bolsa Família, entre outras medidas que atingem em cheio a população mais pobre.

Temer também já anunciou que facilitará a entrega do Pré-Sal, a jóia mais cobiçada pelos financiadores do golpe. O primeiro passo é tirar da Petrobrás o papel de operadora única, como prevê o PL 4567/16, que tramita na Câmara, após ter sido aprovado no Senado, através da iniciativa de José Serra, que já havia prometido à Chevron mudar as regras da exploração do Pré-Sal.

Temer explicou direitinho para a imprensa o seu objetivo: “a Petrobrás é uma empresa que tem que pautar-se pelos critérios de seu interesse, como se fosse quase um empreendimento privado”. Tudo conforme combinado com os financiadores do golpe.

A PRIVATIZAÇÃO OCULTA NA MP 727

Mas a **maior atrocidade cometida até agora** por esse governo ilegítimo é a Medida Provisória 727, publicada em 12 de maio, no mesmo dia em que Temer sentou na cadeira de presidente. Com poder de lei, a MP cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que na prática **é a retomada das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso**. Em meio à avalanche de ataques cometidos por Temer, a MP passou quase despercebida.

Segundo esclarece a economista Alessandra Cardoso, assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o PPI abre o caminho para a **desestatização de todas as empresas controladas direta ou indiretamente pela União e pelos Estados**, inclusive instituições financeiras e serviços públicos objetos de concessão, permissão ou autorização. “**Deverão ser privatizadas prioritariamente** aquelas já cobiçadas pelos investidores, nacionais e internacionais, como **Petrobrás, Caixa Econômica, Eletrobrás**”, revela a economista, que detalha todo o teor da MP em artigo que pode ser acessado no link <http://goo.gl/SeIDTc>

O CAMINHO DA RESISTÊNCIA É O ENFRENTAMENTO

É preciso reagir ao golpe, antes que todas as conquistas sociais sejam destruídas e o que restou das nossas riquezas, privatizadas. Não temos dúvidas de que o Pré-Sal e a Petrobrás foram as principais moedas de troca negociadas com os financiadores do golpe. O caminho da resistência é o enfrentamento e disso os petroleiros entendem.

Se o teste de integridade for sério, Pedro Parente não assume

O que é o Teste de Integridade?

Em março de 2015 o Ministério Público Federal propôs como uma das medidas para prevenção e **combate à corrupção**, a aplicação de Testes de Integridade. Segundo o site do MPF o objetivo é fazer com que **“o agente público tenha o dever da transparência e accountability”**.

Trata-se de iniciativa legislativa que almeja criar novo mecanismo voltado à defesa da moralidade pública, assim, com a identificação, mitigação, análise das consequências e prevenção das atitudes inadequadas **chega-se mais rápido à adequação dos comportamentos éticos** dos profissionais nas organizações, inclusive sob o ponto de vista de honestidade.

Leia a seguir outros trechos das medidas, confira as ações de Pedro Parente e conclua se ele é a pessoa adequada a ocupar a presidência da Petrobrás.

A ferramenta deve aferir as atitudes e opiniões dos respondentes tanto pela vertente cognitiva, a qual objetiva compreender o grau de conhecimento que o participante tem daquele assunto, como também pela **vertente comportamental, tratando de ações passadas e/ou futuras diante de temas relevantes** para as atividades as quais enfrenta ou enfrentará.

O teste de integridade dirigido é realizado, então, sobre o agente público em relação ao **qual já houve algum tipo de notícia desairosa ou suspeita de prática ímproba**, ao passo que os testes de integridade aleatórios refletem o princípio de que a atividade de qualquer agente público está sujeita, a qualquer tempo, a escrutínio.



Quem é o Pedro Parente?

Pedro Parente é alvo de ações de reparação de **danos por improbidade administrativa que correm na 20ª e 21ª Varas Federais de Brasília**, onde ele e outros ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso chegaram a ser condenados a devolver aos cofres públicos mais de R\$ 2 bilhões. As ações foram ajuizadas pelo Ministério Público Federal, que questionou o socorro financeiro que o Banco Central fez em dezembro de 1994 a dois bancos privados que estavam em processo de falência - Econômico e Bamerindus.

A ajuda do governo FHC aos banqueiros causou um **prejuízo ao Estado de R\$ 2,9 bilhões, que corrigidos em valores atuais equivalem a mais de R\$ 15 bilhões**. Na época, Pedro Parente era Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ocupado por Pedro Malan, e José Serra era Ministro do Planejamento.

As duas ações, no entanto, foram arquivadas numa manobra de Gilmar Mendes, após assumir o STF, por indicação do então presidente Fernando Henrique Cardoso. No último dia 15 de março, no entanto, a 1ª Turma do STF acatou recurso do Ministério Público Federal e determinou o desarquivamento e prosseguimento das ações. **Pedro Parente terá que responder ao crime de responsabilidade, pelo qual é acusado há mais de uma década.**

Pedro Parente, entre 2000 e 2003, fez a Petrobrás assinar contratos de parceria com o setor privado para construção de usinas termoeletricas, se comprometendo a garantir a remuneração dos investidores, mesmo que as empresas não dessem lucro.

A chamada “contribuição de contingência” gerou prejuízos de mais de US\$ 1 bilhão à Petrobrás, que se viu obrigada a assumir integralmente as termoeletricas para evitar perdas maiores. O valor das usinas, avaliadas em US\$ 800 milhões, equivalia a um terço dos US\$ 2,1 bilhões que a estatal teria que desembolsar para honrar as compensações garantidas aos investidores até o final dos contratos, em 2008. **Tudo autorizado por Pedro Parente.**